



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 357/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00249 - Protocolo SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Segurança Pública - SSP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de informação acerca das ocorrências envolvendo o tráfico de entorpecentes no município de Ribeirão Preto, no período de 2019 até o presente mês. Inovação recursal. Não conhecimento.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 357/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Segurança Pública - SSP, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta, o órgão forneceu parte das informações requeridas. Em recurso justificou a negativa de acesso às informações e dados considerados sensíveis, com base na legislação vigente. Inconformado, o solicitante apresentou apelo revisional cabível à Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que o requerente inovou em grau recursal, realizando novo pedido em segundo grau recursal, conforme descrito a seguir: (...) *Assim sendo, solicito o rol completo de documentos necessários para que este requerente cadastre um novo requerimento no sistema E-SIC*".
4. Desta forma, o pedido recursal não encontra respaldo na legislação para ser conhecido, carecendo, pois, de motivação, conforme previsto no artigo 20, caput, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelos artigos 31 do Decreto nº 61.175/2015, e nos termos do 27, II, do aludido Decreto nº 66.850/2022.
5. Considerando que o requerente não almeja reforma da resposta ofertada pelo ente, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 01 de novembro de 2022.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202204368A